

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

MAYARA RIBEIRO FERREIRA

**LIVROS DE LEITURA SUPLEMENTAR NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO
PAULISTA**

**GUARULHOS, SP
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

MAYARA RIBEIRO FERREIRA

**LIVROS DE LEITURA SUPLEMENTAR NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO
PAULISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do diploma de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira.

**GUARULHOS, SP
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

MAYARA RIBEIRO FERREIRA

**LIVROS DE LEITURA SUPLEMENTAR NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO
PAULISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do diploma de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira.

Comissão Avaliadora

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos

Examinador 1: Prof^ª. Dr^ª. Franciele Ruiz Pasquim Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Marília

Examinador 2: Prof^ª. Dr^ª. Renata Marcílio Cândido Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos

**GUARULHOS, SP
2019**

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo autor

Ferreira, Mayara Ribeiro.

Livros de leitura complementar na história da alfabetização paulista. / Mayara Ribeiro Ferreira.
- 2019.

f. 68

Trabalho de conclusão de curso (graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2019.

Orientador: Fernando Rodrigues de Oliveira

Título em outro idioma: Supplementary reading books in the history of Paulista literacy.

1. Leitura Suplementar. 2. Leitura Escolar. 3. Instrumento de pesquisa. 4. Pesquisa histórica em educação.

Para Gilmar e Laura, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem durante toda essa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me guiou durante toda essa caminhada e não me mostrou motivos para desistir.

Aos meus pais, Gilmar e Laura, por acreditarem em mim quando nem eu acreditava e por apostarem tanto em meus estudos. Agradeço pelo amor, carinho, conversas, conselhos, incentivos, motivações e ensinamentos sobre como ser uma pessoa responsável e dedicada. Sem vocês eu não chegaria até aqui. Obrigada por todo apoio e confiança, principalmente nessa reta final.

Ao meu irmão, Vitor, por sempre rir antes de me dar algum conselho e me ensinar a ver o lado positivo de tudo. Por todas as caronas, não me deixar desistir e por me fazer querer sempre mais, de maneira que um dia eu seja seu exemplo para os estudos.

Ao Luis Fernando, por cada ajuda e por cada palavra carinhosa quando eu mais precisei. Obrigada por sempre estar presente. Você é meu exemplo de dedicação, me espelho em você todos os dias para ser uma pessoa melhor e batalhar pelos meus sonhos.

Aos meus avós, Carmem, Lucrécia e João (em memória), meus familiares e amigos, pelo apoio e incentivo, mesmo que de longe. Por sempre cuidarem de mim e se fazerem presente quando mais precisei de encorajamento e palavras de carinho.

Aos meus amigos de graduação, Alícia, Ariane, João, Joyce e Thaís, por estarem sempre ao meu lado, por dividirem experiências e conhecimentos por todos esses anos. Por cada conversa, cada risada, cada sufoco, cada almoço e cada trabalho em grupo. A presença de vocês tornou cada dia mais fácil e muito mais feliz!

Ao Professor Fernando Rodrigues de Oliveira, pela oportunidade de aprender tanto. Pela paciência durante toda pesquisa e pelas palavras de incentivo. Grata pela confiança em meu trabalho e pelo encorajamento que me deu ao longo da minha jornada acadêmica.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo - SP, por me receberem com tanta atenção durante a minha pesquisa. Aos colegas do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Ensino de Língua e Literatura (NIPELL), por todas as reflexões e conhecimentos compartilhados.

Por fim, agradeço aos professores e colegas do curso de Pedagogia da Unifesp, que contribuíram de forma significativa em cada aspecto da minha formação acadêmica. Agradeço também todos os funcionários da Universidade.

*A leitura de um bom livro é um diálogo
incessante: o livro fala e a alma responde.
(André Maurois)*

RESUMO

Apresentam-se aqui resultados de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de São Paulo, e vinculada ao NIPELL – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Ensino de Língua e Literatura. Com o objetivo de contribuir para a produção de uma história do ensino de leitura na Primeira República no Estado de São Paulo, enfocam-se os livros indicados para leitura suplementar aprovados e recomendados pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, entre 1902 e 1964. Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, a partir do uso dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais, elaborou-se um instrumento de pesquisa, no qual estão contidas referências de livros de leitura suplementar aprovados entre 1902 e 1964, respectivamente datas mais antiga e mais recente de publicação das listas de livros aprovados. Essas referências foram organizadas conforme as listas localizadas, seguindo o padrão de apresentação do título e da autoria. Por meio da análise dessas referências, foi possível constatar algumas características dos livros que eram recomendados para leitura suplementar, como indicações iniciais de livros que integravam séries graduadas de leitura e o gradativo processo de indicação de livros com características mais estéticas, considerados de literatura infantil.

Palavras-chave: Leitura suplementar. Leitura Escolar. Escola Primária. Instrumento de pesquisa. História da Educação.

ABSTRACT

Here are presented the results of the Pedagogy Course Final Paper, from the Federal University of São Paulo (Unifesp), and research linked to NIPELL - Interdisciplinary Research Center on Teaching Language and Literature. Aiming to contribute to the production of reading instruction history in the First Republic in the State of São Paulo, focusing on the supplementary reading books approved and recommended by the General Direction of Public Instruction of the State of São Paulo, between 1902 and 1964. Through a historical approach, centered on documentary and bibliographical research, using the procedures of locating, retrieving, meeting, selecting and ordering documentary sources, a research instrument was elaborated, which contains references of the supplementary reading books approved from 1902 to 1964, respectively, the oldest and most recent publication dates of the approved book lists. These references were organized according to the localized lists, with the presentation of the title and author. Through the analysis of these references, it was possible to verify some characteristics of the books that were recommended for supplementary reading, such as initial indications of books that composed the graduated reading series and the progressive process of indicating books with more aesthetic characteristics, considered children's literature.

Keywords: Supplementary reading. School reading. Primary school. Research instrument. History of Education.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 2 de junho de 1902.....	40
QUADRO 2 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em junho de 1904.....	41
QUADRO 3 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1907-1908.....	43
QUADRO 4 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 12 de janeiro de 1918.....	45
QUADRO 5 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 12 e 20 de fevereiro de 1960.....	48
QUADRO 6 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 12 de fevereiro de 1961.....	49
QUADRO 7 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 13 de fevereiro de 1963.....	50
QUADRO 8 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 13 de fevereiro de 1964.....	51

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1. A Elaboração do Instrumento de Pesquisa	23
1.1. Localização, recuperação e reunião de referências.....	24
1.2 Seleção e ordenação das referências.....	28
1.3 O instrumento de pesquisa.....	29
Capítulo 2. Apresentação dos Livros de Leitura Suplementar	30
2.1 Métodos de ensino, leitura e livros didáticos no ensino elementar.....	31
2.2 A Leitura Suplementar na Escola Primária Paulista.....	34
2.3 O processo de aprovação e recomendação de livros didáticos pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo.....	37
Capítulo 3. Livros Recomendados e Aprovados para Leitura Suplementar na Escola Primária Paulista	39
3.1 Livros de Leitura Suplementar recomendados em 1902.....	40
3.2 Livros de Leitura Suplementar recomendados em 1904.....	41
3.3 Livros de Leitura Suplementar recomendados em 1907-1908.....	42
3.4 Livros de Leitura Suplementar recomendados em 1918.....	44
3.5 Livros de Leitura Suplementar recomendados em 1960.....	48
3.6 Livros de Leitura Suplementar recomendados em 1961.....	49
3.7 Livros de Leitura Suplementar recomendados em 1963.....	50
3.8 Livros de Leitura Suplementar recomendados em 1964.....	51
Considerações finais	53
Referências bibliográficas	56
Apêndice: Livros de Leitura Suplementar na História da Alfabetização Paulista: um instrumento de pesquisa	59

INTRODUÇÃO

A pesquisa cujos resultados apresento neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a leitura suplementar no século XX, com enfoque no levantamento dos títulos e autores que eram recomendados pela Diretoria Geral da Instrução pública/ Secretaria de Educação do estado de São Paulo para esse tipo de atividade escolar.

Minhas indagações e reflexões sobre a leitura na sala de aula surgiram no início de 2017, durante as observações realizadas, uma vez por semana, em uma turma de 5º ano de uma escola pública localizada na região periférica de Guarulhos (SP). Essas observações se deram como parte das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do qual eu era bolsista.

Durante essas observações, pude perceber que a leitura feita pela professora na sala de aula tinha como principal função ocupar o tempo das crianças até o horário da saída. No final da aula, a professora escolhia aleatoriamente um livro infantil do pequeno acervo que a sala dispunha, começava a ler, sem um tom de voz animador e sem permitir intervenções ou comentários dos alunos. Quando a aula era encerrada e as crianças começavam a ir embora, a professora parava de ler, alegando que já estava na hora da saída, e informava que concluiria a leitura no dia seguinte. Foram poucas as vezes que ela conseguiu concluir a leitura no mesmo dia em que iniciava.

Embora o enfoque das atividades do PIBID não fosse exatamente sobre leitura, essa situação chamou muito minha atenção, pois parecia-me pouco propícia à formação de leitores, parecendo um tipo de atividade cuja finalidade era apenas ocupar o tempo.

Essas indagações e reflexões foram ampliadas quando cursei a Unidade Curricular “Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Língua Portuguesa”, ministrada pelo Prof. Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira, quando discutimos aspectos relacionados à formação de leitores, especialmente do texto literário, tendo em vista a problemática da chamada “leitura deleite”, utilizada sob o pretexto de apreciação estética, mas que em verdade acaba incorrendo em uso utilitarista do texto literário.

Tendo como base a experiência a partir do PIBID e as aulas da Unidade Curricular mencionada, pensei em desenvolver pesquisa sobre práticas de formação do gosto leitor. Minha ideia inicial era entrevistar professoras da área de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas e particulares da cidade de Guarulhos e observar turmas em fase de aprendizagem da leitura, para compreender como elas entendiam e procediam com relação ao ensino da literatura com vistas à formação do gosto leitor. No

entanto, dada a inviabilidade de realizar essa pesquisa por diferentes fatores¹, optei por investigar o significado das práticas de leitura com aparente função de apreciação estética, mas que estão associadas a outros propósitos escolares.

Para tanto, passei a integrar o NIPELL – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Ensino de Língua e Literatura, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira, que me propôs realizar um estudo em perspectiva histórica, enfocando a questão da leitura suplementar na escolarização primária de crianças no estado de São Paulo.

Em vista disso, realizei algumas leituras básicas, sobre pesquisas históricas no campo do livro e da leitura, a fim de fazer revisão bibliográfica e também me aprofundar no tema. Dentre essas leituras, destaco a seguintes: Oliveira e Trevisan (2014), Rocha (2013), Oliveira e Souza (2000), Batista, Galvão e Klinke (2002), Panizzolo (2011), Razzini (2007a, 2007 b), Mortatti (1999a, 1999b, 2000 e 2001) e Vieira, Peixoto e Khoury (2002), Bellotto (1979 e 1991), Carneiro, Silva, Oliveira e Moraes (1911), Souza (1998) e Chartier (2002).

Em “Medidas de controle da circulação do livro didático para o ensino de leitura e escrita em São Paulo: atuação da comissão revisadora de 1918”, Oliveira e Trevisan (2014) apresentam resultados da análise dos documentos produzidos pela Comissão Revisora de Livros Didáticos de 1918, que tinha o intuito de rever quais livros deveriam continuar na lista dos livros recomendados para uso nas escolas primárias paulistas do início do século XX. Os autores retratam como surgiu a Comissão e como o trabalho era dividido. Trazem os pareceres e a listagem dos livros aprovados. Embora as sugestões de livros didáticos feitas pela Comissão, em que estavam presentes diferentes naturezas metodológicas, a recomendação oficial da Diretoria Geral da Instrução Pública era aprovar apenas os livros didáticos elaborados por partidários do ensino pelo método analítico. Os autores concluem que naquele período, ter um livro aprovado pela diretoria representava prestígio ao escritor didático e era uma forma de impor a adoção do livro para o ensino de leitura e escrita das escolas públicas primárias do Estado de São Paulo.

No artigo “„Não devemos adotar indiferentemente qualquer livro de leitura“: um estudo sobre os processos de seleção de livros para a escola primária paulista”, Rocha (2013) apresenta os debates sobre as adoções dos livros didáticos nas primeiras décadas do século

¹ Dentre os motivos, destaco a necessidade de acompanhamento dos alunos e da professora numa perspectiva mais longitudinal, de modo a produzir resultados de fato profícuos. Como é comum os professores responderem em entrevistas que compreendem a importância e valorizam o ensino da literatura, esse instrumento de coleta precisaria ser confrontado com a observação da prática dos professores envolvidos. No entanto, a adoção dessa metodologia tornou-se inviável pelas condições de realização da pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao tempo de que eu dispunha para a elaboração do TCC.

XX e flagra os critérios orientadores dos membros das comissões nomeadas pelo estado. A autora afirma que os livros de leitura suplementar foram concebidos conforme a necessidade de desenvolver a agilidade e a desenvoltura na leitura, além de oferecer para a criança modelos de conduta. Segundo o relatório geral da Comissão de 1918, caberia ao professor escolher, entre os livros de leitura suplementar aprovados, aqueles que respeitavam o preparo e a capacidade intelectual das crianças. A autora conclui evidenciando o desafio das comissões revisoras na avaliação dos livros de leitura, os quais deveriam ser ofertados para as crianças das escolas primárias.

Em “As faces do livro de leitura”, Oliveira e Souza (2000) fazem um delineamento das diferentes faces do livro e o seu uso na escola. Os livros de leitura compreendiam um objetivo cultural, um auxiliar do professor em seu trabalho docente e um instrumento de ensino da língua portuguesa e da leitura. A leitura escolar era concebida como uma contribuição para a educação moral e doutrinação político das camadas populares. Além disso, a leitura escolar passou a ser uma grande fonte de renda das empresas editoriais brasileiras. As autoras concluem retratando a preocupação da época em legitimar a escola, tornando-a responsável por introduzir conhecimentos básicos das ciências naturais, formação moral e cívica do cidadão.

Em “Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956)”, Batista, Galvão e Klinke (2002), têm como objetivo produzir uma descrição e análise do espaço que o campo de produção editorial escolar brasileiro ocupa. Apresentam dois grandes tipos de livros: as séries graduadas e os livros isolados, além de quatro grandes gêneros de livros e cinco grandes modelos de livros. Os autores buscam por meio dessa pesquisa, explorar as possibilidades diferenciadas de compreensão do livro escolar.

No artigo “Civilizar, educar e instruir: a infância impressa nos livros de leitura”, Panizzolo (2011) relata que o crescimento da rede de escolas públicas primárias estimulou os educadores na dedicação da escrita de livros didáticos e livros de leitura. Apresenta que uma das séries graduadas mais famosas no ensino público de São Paulo foi a de João Köpke, que expressava uma pedagogia moderna, científica e republicana. As lições nos livros de Köpke sempre apresentam noções de virtude, trabalho, generosidade, bondade, honradez e humanidade; e os valores de verdade, obediência, autocontrole, civilidade e dignidade. Para a elite da época, a escola deveria transformar os habitantes em povo, regenerar o trabalhador e salvaguardar o organismo nacional, ou seja, construir a nação. Desse modo, são valorizadas a honestidade, persistência, atenção, complacência, paciência, amizade e solidariedade. A

autora conclui o texto afirmando que a infância era privada do brincar, voltada ao trabalho e ao aprendizado de um ofício. Esperava-se que a criança se comportasse de modo ajuizado e inteligente, amando a família e a pátria.

No texto “Produção de livros didáticos e expansão escolar em São Paulo (1889-1930”., Razzini (2007a) evidencia alguns dados sobre a produção didática da livraria Francisco Alves e o seu crescimento no mercado editorial. A autora explica que desde o início da República o governo paulista controlou a adoção dos livros didáticos nas escolas públicas primárias. E deixa clara a diferença entre os livros aprovados e os livros adotados, já que os primeiros eram liberados para o uso das escolas públicas e os segundos eram comprados e estocados pelo poder público. Por fim, conclui-se que a expansão editorial se deu graças a expansão da escola pública elementar.

No texto ”Produção de livros didáticos e expansão da escola elementar em São Paulo: a Tipografia Siqueira e a Editora Melhoramentos”, Razzini (2007b) dispõe um tópico para tratar das comissões oficiais da Diretoria Geral da Instrução Pública, no qual a autora enfoca o Anuário de 1918 para abordar a leitura como prática escolar e o papel do livro didático. Com isso, a autora também apresenta um tópico intitulado “leitura suplementar e literatura infantil”, no qual trata de alguns conceitos que definem a leitura suplementar.

No artigo ”Método Analítico, Cartilhas e Escritores Didáticos: ensino da leitura em São Paulo (1890-1920)”, Mortatti (1999) aborda aspectos da história do ensino inicial da leitura do Estado de São Paulo. A autora aborda a hegemonia do método analítico para o ensino da leitura e da escrita no final do século XIX e início do século XX e apresenta as principais cartilhas e autores de cartilhas desse período. Segundo Mortatti (1999), naquela época era obrigatório o uso das cartilhas analíticas, que era considerado um método difícil, porém mais científico. A autora conclui dizendo que a alfabetização, ao longo desse momento histórico, vai se consolidando como objeto de estudo, por esse motivo, o método analítico passa a ser considerado como o melhor para os ensinamentos da leitura.

A partir da leitura desses textos pude verificar que a questão da leitura escolar sempre esteve no centro das preocupações pedagógicas, com destacada intensificação a partir das últimas décadas do século XIX, especialmente em decorrência do processo de implantação do regime republicano no Brasil.

Com isso, defini como problema de pesquisa o seguinte: o que significou no âmbito da escola primária paulista as prescrições e recomendações de livros de leitura suplementar?

Essa questão deve-se ao fato de que a leitura suplementar é objeto de menção nas investigações sobre livros escolares, porém nunca foi alvo de investigação de modo mais detido. Portanto, entendo que investigar de modo mais profundo o significado e os sentidos desses livros pode contribuir para o campo da História da alfabetização, bem como para o campo da História dos livros e das edições.

Nesse sentido, delimito a pesquisa ao levantamento dos títulos e autores dos livros aprovados e recomendados pela Diretoria Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo para uso em escolas primárias no que concerne ao ensino da “leitura suplementar. Como recorte cronológico, defini os marcos de 1902 e 1964.

A delimitação cronológica – 1902 – decorre do fato de ter sido nesse período em que localizei ações da Diretoria Geral da Instrução Pública para recomendar determinados títulos para essa finalidade. O marco inicial refere-se à primeira lista que localizei relação de títulos indicados para leitura suplementar e o marco cronológico final trata-se da última lista que consegui localizar.

A partir dessas delimitações, formulei questões norteadoras, que direcionaram o desenvolvimento da pesquisa:

- Quais eram os autores que escreviam os livros aprovados para leitura suplementar?
- Quais títulos foram aprovados?
- Quais eram os assuntos abordados nesses livros?
- Para quem eram escritos?
- Em qual contexto histórico foram aprovados?
- Qual papel exerciam na organização do currículo das escolas primárias paulistas?

Os objetivos da pesquisa foram assim formulados:

- Contribuir para a produção de uma história do ensino de leitura na Primeira República no Estado de São Paulo;
- Contribuir para a compreensão do papel dos livros de leitura suplementar no âmbito da escola primária paulista;
- Problematicar os critérios de seleção e recomendação de livros escolares, especialmente os livros de leitura suplementar;
- Elaborar um instrumento de pesquisa sobre os títulos aprovados para leitura suplementar pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo durante a Primeira República;

- Contribuir para o desenvolvimento de pesquisas correlatas a serem desenvolvidas futuramente.

A hipótese desta pesquisa é de que os livros de leitura suplementar tinham papel fundamental no ensino da leitura contribuindo para um ideal de formação das crianças.

Em vista das delimitações temáticas da pesquisa, durante o seu desenvolvimento, fiz uso de conceitos operativos, os quais explico aqui. São eles: "leitura suplementar", "livros de leitura", "livros didáticos" e "instrumento de pesquisa".

No Míni Houaiss (2009), dicionário da Língua Portuguesa, a palavra suplementar aparece com dois significados, sendo o primeiro sentido atribuído a um adjetivo “relativo a ou que serve de suplemento <aulas suplementares>”; e o segundo sentido atribuído a um verbo “1. acrescentar alguma coisa a 2. suprir ou compensar a deficiência de”.

Como adjetivo de “leitura”, o termo “suplementar” sugere então a ideia de uma prática de leitura (e, portanto, de livros para essa prática) complementar, que suplementa outras práticas de leitura (e de livros), no caso o ensino da leitura em sala de aula. A expressão, então, “livros de leitura suplementar” remete a um tipo de livro que complementa ou acrescenta algo em relação ao ensino da leitura elementar.

Nessa perspectiva, Rocha (2013) explica que os livros de leitura suplementar teriam como função desenvolver a agilidade e desenvoltura na leitura, oferecendo à criança modelos de conduta organizados em diferentes assuntos, que abarcavam a moral, as noções de ciência, os hábitos de higiene e os cuidados com o corpo.

No que se refere à expressão “livro de leitura”, Oliveira e Souza (2000) explicam que “[...] compreendia um objeto cultural e era, ainda, um instrumento de ensino da língua e da leitura [...]” (p.26). O livro de leitura seria “[...] o veículo pelo qual seriam transmitidos valores, idéias e concepções de mundo, além de desempenhar o papel de agente auxiliar – e ao mesmo tempo formador- da prática docente.” (p. 32). Trata-se de um tipo específico de livro didático, cuja finalidade estava centrada na prática de leitura no âmbito do ensino escolar.

Os livros de leitura, gradativamente deixaram de ser publicados de forma isolada e passaram a compor o que se denomina de “Série graduada de leitura”. Trata-se de um conjunto de livros de leitura pensados para serem usados na escola em sequência, após a conclusão da cartilha, levando em consideração as séries da escola primária. O aparecimento das séries graduadas de leitura esteve, nesse sentido, diretamente associado ao surgimento da escola graduada e, como explica Panizzolo (2011), tinham como objetivo:

atender ao novo modelo de organização didático-pedagógico da escola primária, que lentamente se confirmava, através do uso do método simultâneo, pela organização dos conteúdos em diversos níveis e, principalmente, pela formação de classes mais homogêneas e seriadas. (p. 1 e 2)

Assim, explicam Batista, Galvão e Klinke (2002), que as séries graduadas eram caracterizadas como “[...] coleções de livros destinados às quatro séries do ensino elementar, podendo incluir um quinto, voltado para a alfabetização ou para uma outra série, de acordo com a organização do sistema de ensino”. (2002, p. 35). Logo, eles apresentavam “[...] uma progressão tanto no interior dos livros quanto em suas relações com os demais livros da série, em geral baseada na extensão e na complexidade dos textos utilizados” (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 35).

Os livros de leitura suplementar, assim como os livros de leitura em sua forma isolada ou como parte de séries graduadas de leitura consistiam em tipos de livros didáticos, seja pela intencionalidade de sua produção, seja pelo uso que se fizeram de determinados livros.

Os livros didáticos, conforme explicam Oliveira e Souza (2000) e Panizzolo (2011), além de conter os conteúdos de ensino, representavam um verdadeiro método de ensino. Esses livros são um instrumento de trabalho para o professor e único objeto cultural ao qual a criança tinha acesso no final do século XIX e início do século XX.

Como explicitarei, a pesquisa que decorreu neste TCC inscreve-se como uma pesquisa de abordagem histórica.

Segundo Mortatti (1999):

A pesquisa de fundo histórico em educação caracteriza-se como um tipo de pesquisa científica, cuja especificidade consiste, do ponto de vista teórico-metodológico, na abordagem histórica - no tempo - do fenômeno educativo em suas diferentes facetas. Para tanto, demanda a recuperação, reunião, seleção e análise de fontes documentais, como mediadoras na produção do objeto de investigação. (1999, p. 73)

Em conformidade com Vieira, Peixoto e Khoury (2005), para desenvolver uma pesquisa histórica é preciso:

Reordenar todo o conjunto de conceitos implica uma noção de totalidade em que prevaleça o movimento contrário se fazendo, desfazendo, refazendo. Recuperar a totalidade é fazer com que o objeto apareça no emaranhado de suas mediações e contradições; é recuperar como este objeto foi constituído, tentando reconstituir sua razão de ser ou aparecer a nós segundo seu movimento de constituição, do qual fazem parte o pesquisador e sua experiência social, em vez de determiná-lo em classificações e compartimentos fragmentados. (p. 10-11).

Para o desenvolvimento da pesquisa, optei pela perspectiva da História Cultura, que, conforme explica Chartier (1990), “[...] tem por principal objecto identificar o modo como em

diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (2002, p. 16). Chartier (1990) afirma que uma tarefa deste tipo presume caminhos variados, sendo que “[...] o primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”. (2002, p. 16 e 17)

Chartier (1990) também afirma que para o trabalho historiográfico, “[...] deve-se ter em vista o reconhecimento de paradigmas de leitura válidos para uma comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados.” (p. 131). Considerar a leitura como um ato concreto, explica Chartier (2002):

[...] requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais [...]. (p. 25-26).

Com relação especificamente à pesquisa Histórica sobre a Educação, segundo Mortatti (1999), ela precisa:

[...] buscar apreender e problematizar, por meio de configurações textuais – as lidas e as produzidas pelo pesquisador -, a simultaneidade entre continuidade e descontinuidade de sentidos a respeito do fenômeno educativo em suas diferentes facetas, simultaneidade essa que caracteriza o movimento histórico e as "temporalidades múltiplas" que nele coexistem. (1999, p. 75)

Para o desenvolvimento de qualquer pesquisa de natureza histórica, faz-se imprescindível o acesso a documentos.

A escola positivista, no final do século XIX, proporcionou o estatuto de ciência à história. Nesse momento, o documento escrito, especialmente o oficial, assumia o peso de prova histórica e a objetividade era garantida pela fidelidade dele. A valorização do documento como uma forma de assegurar a objetividade exclui a noção de intencionalidade presente na ação estudada e na ação do historiador e foi sendo construída historicamente. (VIEIRA, PEIXOTO e KHOURY, 2002, p.13)

Compreendendo que a memória coletiva possui dois tipos de materiais, os monumentos - encadeados com o significado de um sinal do passado, ou seja, uma herança dele - e os documentos - relacionados com a ideia de prova, uma escolha do historiador (LE GOFF, 2003); percebi que esta pesquisa histórica era documental, uma vez que o monumento, desde a Antiguidade romana, vincula-se a dois sentidos: uma obra comemorativa de

arquitetura ou de escultura; e um monumento funerário que se destina à recordação de uma pessoa morta. (LE GOFF, 2003)

Adotando a perspectiva de Le Goff, entendo que o documento é algo que fica fixo na história, e, portanto,

[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 536)

Desse ponto de vista, os livros de leitura suplementar são aqui considerados fontes documentais, a partir das quais se é possível compreender aspectos da memória coletiva no que concerne ao ensino da leitura e da formação de leitores. Por esse motivo, a recolha dessas fontes documentais subsidiou a elaboração de um instrumento de pesquisa, que consiste numa forma de organização e de acesso aos documentos no âmbito de uma pesquisa historiográfica. Como explica Bellotto, os instrumentos de pesquisa:

[...] constituem-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História [e] qualquer que seja a orientação do trabalho histórico a que se proponha um pesquisador, dentro do vastíssimo campo que se abre hoje a História [...] ele necessitará, indubitavelmente, do texto colocado ao seu alcance pelo instrumento de pesquisa. (BELLOTTO, 1979, p. 137)

A elaboração do instrumento de pesquisa se deu a partir do uso dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de referências de livros indicados para leitura suplementar aprovados e/ou recomendados pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, entre os anos de 1902 e 1964.

A partir da localização dos títulos dos livros de leitura suplementar, indicados pela Diretoria Geral da Instrução Pública em listas publicadas ao longo do século XX, elaborei as referências desses livros e os ordenei em seções, conforme as listas a que tive acesso. Além das referências desses textos, incluí no instrumento de pesquisa referências de textos em que o conceito de leitura suplementar aparece, mesmo que de forma breve.

Essas referências foram elaboradas de acordo com o documento “Norma Brasileira de Referência (NBR) - 6023 (2002)”, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Pelo exposto, portanto, do ponto de vista metodológico, a pesquisa na qual resultou neste TCC foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos metodológicos:

- leitura da bibliografia especializada;

- localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de referências de livros de literatura suplementar;
- normalização das referências de acordo com a NBR- 6023 (2002), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- elaboração do instrumento de pesquisa contendo relação das referências localizadas, recuperadas, reunidas, selecionadas, normalizadas e ordenadas por tipo de texto.

A partir do exposto, esse TCC ficou assim organizado:

Nesta introdução, apresentei os antecedentes da pesquisa, a revisão bibliográfica sobre o tema, problema de pesquisa, objetivos, e quadro teórico-metodológico. No capítulo 1, exponho o processo de elaboração do instrumento de pesquisa.

No capítulo 2, apresento o conceito de leitura suplementar conforme documentos que localizei e, No capítulo 3, apresento aspectos do levantamento dos livros recomendados para leitura suplementar e aprovados pela Diretoria Geral da Instrução Pública.

Nas considerações finais, tecemos sobre a compreensão da leitura suplementar na escola primária paulista e sobre a pesquisa histórica realizada. Após, apresento as referências dos textos apontados do decorrer do trabalho, a bibliografia de apoio teórico e os acervos visitados. Por fim, apresento o apêndice com o instrumento de pesquisa na sua versão final.

CAPÍTULO 1
A ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

1.1. Localização, recuperação e reunião de referências

Ao analisar a constituição do ofício do historiador e a própria consolidação da História como Ciência, Prost (2002) afirma que para o grande público, no senso comum, a história é reduzida, grande parte das vezes, em um esqueleto constituído por acontecimentos datados. Quando pensada na lógica do ensino, essa compreensão resume-se a ideia de acontecimentos prontos. No entanto, do ponto de vista da pesquisa, a História compreende um processo de fabricação, não dos fatos em si, mas da interpretação sobre eles. Nesse sentido, a História entendida como Ciência comporta dois momentos: “em primeiro lugar, conhecer os fatos; em seguida, explicá-los, concatená-los em uma exposição coerente”.² (2012, p. 53)

[...] no discurso dos historiadores, os fatos constituem o elemento consistente, aquele que resiste à contestação. [...] O historiador não exige que as pessoas acreditem em sua palavra, sob o pretexto de ser um profissional conhecedor de seu ofício - embora esse seja o caso em geral -, mas fornece ao leitor a possibilidade de verificar suas afirmações [...].

Independentemente do que possa ser dito, mais tarde, para evitar os simplismos, existe aí uma base essencial para o ofício do historiador: toda afirmação deverá ser comprovada, ou seja, a história só é possível respaldada em fator. (PROST, 2012, p. 55 e 56).

O trabalho do historiador é exercido a partir de vestígios para reconstruir os fatos. Portanto, esse trabalho é constitutivo da História. Logo, “[...] as regras do método histórico que lhe servem de guia são, no sentido próprio da palavra, fundamentais.” (PROST, 2012, p. 67). A história não sustenta as precisões, por conseguinte, baseia-se em fatos e “[...] qualquer historiador tem a obrigação de produzi-los para confirmar suas afirmações” (PROST, 2012, p. 73).

Desse ponto de vista, conforme explica Mortatti (1999):

O ofício do pesquisador é também uma atividade especificamente humana, constituída e mediada pela linguagem, cuja especificidade consiste na produção de conhecimento, com base em um projeto de pesquisa. Para essa atividade, não basta ao pesquisador ser usuário ou aplicador de conhecimentos disponíveis e em circulação na sociedade e na universidade. É preciso que ele consiga refletir sobre esses conhecimentos, estabelecer relações, categorizar, abstrair e articular coerentemente teoria e empiria, como atividade que lhe propicie ser sujeito de um discurso e seu sentido (1999, p. 72).

Vieira, Peixoto e Khoury explicam que no desenvolvimento de uma pesquisa em História a “[...] a intencionalidade do pesquisador entra na definição do tema, na seleção dos documentos, mas principalmente na escolha do método, responsável pela cientificidade do seu

²“Essa dicotomia entre estabelecimento dos fatos e sua interpretação foi teorizada no final do século XIX pela escola “metódica” e, em particular, por Langlois e Seignobos [...]” (PROST, 2012, p. 54)

trabalho” (2002, p. 16). Nessa perspectiva, essas autoras compreendem que “[...] a história deve ser pensada no duplo sentido do termo: como experiência humana e como sua própria narração, interpretação e projeção” (VIEIRA, PEIXOTO E KHOURY, 2002, p. 29). Segundo Vieira, Peixoto e Khoury (2002), essa experiência humana não se modifica enquanto passado:

O que se modifica é a investigação sobre ela, de acordo com as problemáticas que o investigador se coloca no presente, que envolvem sua própria experiência de vida e suas concepções das quais parte. Essa subjetividade está presente no trabalho do historiador, independentemente de ele se dar conta ou não, influenciando na compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de expressão da atividade humana. (VIEIRA, PEIXOTO E KHOURY, 2002, p. 29).

De modo coerente com essa perspectiva, Certeau (1982) reconhece que toda pesquisa historiográfica se ampara em um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. O autor afirma que “Em história, como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de „valores eternos“ ou na apologia de um „intemporal“.” (1982, p. 66 e 67). Para ele, uma “obra de valor” histórico é aquela que:

[...] é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. [...] É o produto de um lugar (CERTEAU, 1982, p. 72 e 73)

A definição de história, segundo Certeau, é dada pela relação da linguagem com o corpo (social) e a relação dos limites que o corpo impõe. A combinação da história com um lugar é a premissa de uma análise da sociedade. Entretanto, levar a sério o seu lugar não é esclarecer a história, mas “[...] é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou “edificante”), nem atópica (sem pertinência).” (1982, p. 77).

Na medida em que se define um objeto, considerando-se a intencionalidade do pesquisador e o lugar social de produção da investigação, faz-se necessário as fontes que subsidiam a pesquisa.

Segundo Le Goff: “Enquanto conhecimento do passado [...], a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva.” (2003, p. 525, grifos do autor).

Prost (2012) afirma que “[...] por referir-se ao passado, a história é, por isso mesmo, conhecimento através de vestígios.” (p. 64). Nesse sentido, Prost (2002) acrescenta:

Não se pode definir história como conhecimento do *passado* [...] porque o caráter *passado* é insuficiente para designar um fato ou um objeto de conhecimento. Todos os fatos do *passado* foram, antes de mais nada, fatos *presentes*: entre uns e outros, nenhuma diferença de natureza. *Passado* é um adjetivo, não um substantivo, e é abusivamente que se utiliza o termo para designar o conjunto, ilimitadamente aberto, dos objetos que podem apresentar esse caráter e receber essa determinação. (PROST, 2012, p. 64)

Em diálogo com essa compreensão, Le Goff (2003) afirma que realizar uma pesquisa histórica não se resume a:

[...] fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos [...]. Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso [...] trata-se de pôr à luz as condições de produção [...] e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder [...]. (LE GOFF, 2003, p. 525)

Nessa lógica, no processo de desenvolvimento de uma pesquisa, especialmente na recolha documental, o historiador depara-se com “riscos”, conforme explica Bellotto (1979):

Os riscos a que se expõe - todos nós o sabemos - já se insinuem desde o começo: as pistas falsas, as verdades relativas, os becos sem saída, a surpresa dos achados não suspeitados ou, ainda, os que fazem cair por terra toda uma pesquisa já avançada. Precauções fazem parte do cotidiano da pesquisa. (BELLOTTO, 1979, p. 134)

Em vista disso, o historiador precisa de mecanismos, meios para se ter acesso aos documentos. Como afirma a autora: “Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico a que se proponha um pesquisador, dentro do vastíssimo campo que se abre hoje à História [...] ele necessitará, indubitavelmente do texto colocado ao seu alcance pelo instrumento de pesquisa.” (BELLOTTO, 1979, p. 137).

Em outro texto, Bellotto (1991) diz que uma das maneiras de alcançar esse “conhecimento prévio dos testemunhos” é por meio da produção de instrumentos de pesquisa, que “[...] são vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa para o como e o onde.” (BELLOTTO, 1991, p. 104).

É importante salientar que, segundo Bellotto, “o encontro satisfatório entre historiador e documento é tarefa primordial do trabalho do arquivista” (1979, p. 133). O pré-conhecimento é dado pelos arquivistas aos historiadores através dos instrumentos de pesquisa. Assim, explica Bellotto (1979), que os instrumentos de pesquisa constituem parte essencial da pesquisa em História, em virtude de configurarem as “[...] vias de acesso do historiador ao

documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História.”
(BELLOTTO, 1979, p. 133); e,

[...] têm percorrido parí passu os caminhos da historiografia. Desde o início do século XIII a Arquivologia registra a existência de inventários de documentos de várias comunas francesas. Muitos desses velhos instrumentos de pesquisa são, até, base para uma reelaboração de inventários.

No Brasil [...] eles não são abundantes, nem mesmo suficientes, mas existem e, mais concretamente, desde fins do século passado. [...] (BELLOTTO, 1979, p. 135)

Partindo das reflexões aqui apresentadas, para a elaboração do instrumento de pesquisa que deu origem a este TCC, consultei, inicialmente, o texto “Medidas de controle da circulação do livro didático para o ensino de leitura e escrita em São Paulo: atuação da Comissão Revisora de 1918”, elaborado por Fernando Rodrigues de Oliveira e Thabatha Aline Trevisan, no qual, estão contidos quadros com a lista de livros infantis aprovados pelas comissões revisoras da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo.

Com base nas reflexões propiciadas pela leitura desse texto, consultei o Centro de Memória da Educação do Estado de São Paulo, que abriga o Acervo Histórico do Instituto de Educação “Caetano de Campos”. Nesse acervo, há documentos relativos às listas de livros aprovados para uso nas escolas do estado de São Paulo, que foram reunidas por bibliotecárias do Instituto de Educação “Caetano de Campos”. Trata-se do Dossiê Didático que integra o acervo da hemeroteca da Biblioteca Infantil. Todas as listas encontradas nesse dossiê referiam-se aos livros aprovados para uso em escolas do Estado de São Paulo durante a década de 1960.

A partir disso, identifiquei nessas listas todas as indicações de livros aprovados para “leitura suplementar”, de modo que elaborei a referência desses livros para integrar o instrumento de pesquisa.

A partir das listas localizadas no acervo histórico do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, comecei a pesquisar outros textos que tratassem ou mencionassem algum aspecto sobre livros de leitura suplementar, para tentar complementar essa lacuna entre 1918 (referente ao texto de Oliveira e Trevisan, 2015) e a década de 1960 (referente às listas localizadas).

Visitando o site do Arquivo do Estado de São Paulo³, encontrei digitalizados os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo dos anos de 1908, 1909, 1910, 1911, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1919, 1920, 1922 e 1926. Entretanto, neles não constava as listas com os de livros de leitura suplementar aprovados pelas comissões da Diretoria Geral da Instrução Pública.

³ http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino

Consultei o Anuario do Ensino do Estado de São Paulo do ano de 1936-1937, organizado pelo professor A. Almeida Junior – diretor do ensino, entretanto, optei por não o utilizar nessa pesquisa, uma vez que ele não distingue os livros aprovados quanto as suas categorias, apenas faz uma lista geral dos livros didáticos recomendados.

Apesar de durante a atividade de localização, recuperação e reunião das referências ter consultado acervos e diversas bases de dados online e sites da internet, esbarrei com uma enorme dificuldade de encontrar arquivos com as listas de livros de leitura suplementar aprovadas ou textos que abordassem essa temática. Diante dessas premissas, a atividade de localização, recuperação e reunião de referências desses livros demandou muita paciência e persistência para continuar a pesquisa. Somado a isso, também houve o fato de eu ser iniciante na pesquisa científica e de histórica, o que fez com que meu olhar nem sempre apurado me indicasse os caminhos mais profícuos.

1.2 Seleção e ordenação das referências

Depois de localizar, recuperar e reunir as referências de livros de leitura aprovados pelas comissões da Diretoria Geral da Instrução Pública e de textos sobre leitura suplementar, passei a organizá-las conforme elas aparecem em cada lista, com a indicação do título e do autor. Não pude elaborar referências seguindo as normas da ABNT, pois as listas não apresentam dados suficientes para a aplicação dessas normas.

Por se tratar de pesquisa histórica na área de educação, optei por manter a ortografia do século XX apresentada em títulos, subtítulos, nomes de autores e veículos em que as listas dos livros aprovados circularam.

Num primeiro momento, elaborei os quadros com todos os livros aprovados, seguindo as datas que localizei. Contudo, revendo esses quadros, percebi que seria mais interessante e mais organizado apresentar apenas os livros de leitura suplementar aprovados em períodos correspondentes às listas que localizei. Defini como informações prioritárias nos quadros: data de aprovação, título e autor da obra literária aprovada, a categoria em que se enquadra essa obra e o veículo de circulação nos quais essas listas de livros aprovados foram publicadas.

1.3 O instrumento de pesquisa

Como resultado das atividades descritas nos tópicos anteriores, elaborei o instrumento de pesquisa, no qual encontram-se reunidas 110 referências de livros de leitura suplementar distribuídas em nove listas que abrangem o período de 1902 e 1964. Essas listas encontram-se publicadas da seguinte forma: *lista de 1902 e 1904 pela Revista de Ensino; lista de 1907-1908 e 1918, pelos Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo; e listas de 1960 (em duas datas diferentes: uma no dia 12 e outra no dia 20), 1961, 1963 e 1964, pelo Diário Oficial do Estado de São Paulo.*

As lacunas de 1907 até 1920 aconteceram porque as listas publicadas não continham os dados dos livros aprovados; o mesmo acontece com os anos de 1922 e 1926. Entretanto, as demais lacunas ao longo dos anos referem-se aos períodos que não consegui localizar nenhuma lista publicada.

Decidi organizar os quadros por ordem cronológica das datas de publicação. Por isso, mantive a ordem que os livros constam nos documentos consultados.

Ao todo, foram aprovados sete livros para leitura suplementar no ano de 1902; 14 livros para leitura suplementar no ano de 1904; 13 livros para leitura suplementar em 1907-1908, 32 livros para leitura suplementar em 1918, sete livros para leitura suplementar na primeira lista de 1960 e também sete livros na segunda lista; oito livros para leitura suplementar em 1961; dez livros para leitura suplementar em 1963 e, por fim, 12 livros para leitura suplementar no ano de 1964.

É preciso deixar claro que alguns títulos aprovados aparecem mais de uma vez, em listas diferentes, o que sugere a manutenção de sua aprovação e/ou recomendação.

CAPÍTULO 2
APRESENTAÇÃO DOS LIVROS DE LEITURA SUPLEMENTAR

2.1 Métodos de ensino, leitura e livros didáticos no ensino elementar

Até o século XIX, no Brasil, o ensino tinha como principal característica a adoção do método individual de ensino, que consistia no ensino das primeiras letras de forma particular (BASTOS, 1997). Já no início do século XIX, especialmente a partir da década de 1820, o ensino individual passou gradativamente a ser substituído pelo método mútuo, que tinha como objetivo ensinar o maior número de crianças com o uso menor de recursos, por isso uma de suas características foi o uso de monitores de ensino, que eram alunos com maior experiência. Nessa linha de pensamento, segundo os defensores desse método:

[...] um professor, com a ajuda dos alunos mais adiantados, poderia atender a até mil alunos em uma única escola. Considerando, ainda, que os alunos estariam o tempo todo ocupados e vigiados pelos colegas e o estabelecimento de uma intensa emulação entre os estudantes, o tempo necessário ao aprendizado das primeiras letras seria bastante abreviado em comparação com o método individual. Essa economia de tempo seria também uma economia de recursos econômicos, otimizada pela necessidade de pagamento de salário a um reduzido número de professores. (FARIA FILHO, 2016, p. 141)

Com a instauração do regime republicano, em 1889, especialmente no caso do estado de São Paulo, o movimento reformista da escola pública ganhou força, de modo que essa instituição se tornasse lugar de difusão dos valores republicanos e corroborasse para a constituição e consolidação do novo regime. Nesse movimento, o estado de São Paulo foi percussor na modernização de suas escolas, tornando-se modelar para outros estados.

Como explica Souza (1998), após a instauração do regime republicano foram criados os grupos escolares⁴, que não significavam apenas uma nova denominação de escola, mas a adoção de modos específicos de organização do ensino e da formação escolar no âmbito de uma instituição específica.

A criação dos grupos escolares surge, portanto no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular – uma entre várias medidas de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo implementadas a partir de 1890. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado de São Paulo e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. Ainda, generalizou no âmbito do ensino público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas. (SOUZA, 1998, p. 30)

⁴ Inicialmente chamados de escolas centrais ou escolas graduadas (SOUZA, 1998).

Com essa nova organização escolar a partir do grupo escolar, a escola graduada emerge como forma de organização do ensino primário, com a classificação igualitária, ou seja, alunos homogêneos; com as noções de classe e série; e com a definitiva substituição do método individual pelo método simultâneo.

Em São Paulo, a escola graduada foi implantada a partir de 1890, incluindo múltiplas salas de aula, várias classes e alunos; e vários professores. (SOUZA, 1998). De acordo com a faixa etária e o nível de conhecimento, os alunos seriam organizados em turmas classificadas em séries, sendo assim, o (a) professor (a) desenvolveria atividades coletivas utilizando um mesmo material didático (BATISTA, GALVÃO e KLINKE, 2002, p. 27)

Razzini (2007), inspirada em Carvalho (2002) e Souza (1998), nos relata que a modernização da educação popular no Estado de São Paulo, carregada na criação dos Grupos Escolares:

[...] buscou um distanciamento da escola imperial e uma identificação com os avanços do século XIX, por meio não só da adoção de arquitetura específica e nova organização do tempo e do espaço escolar, mas também prescrevendo métodos de ensino e adotando diversos materiais escolares. (2007, p. 2)

Esse conjunto de mudanças, somado ao crescimento do número de escolas públicas primárias “[...] teria sido o mais importante estímulo para que os educadores brasileiros se dedicassem à escrita de livros de leitura e livros didáticos para o uso dos professores [...]” (PANIZZOLO, 2011, p. 1).

Esse aspecto se relacionado ao fato de a leitura ser elemento essencial da formação escolar e também indispensável para o sucesso do regime republicano. Com isso, os livros de leitura e depois as séries graduadas de leitura tinham o intuito de:

[...] atender ao novo modelo de organização didático-pedagógico da escola primária, que lentamente se conformava, através do uso do método simultâneo, pela organização dos conteúdos em diversos níveis e, principalmente, pela formação de classes mais homogêneas e seriadas.
Tendo como público-alvo os alunos do ensino primário e secundário, as séries graduadas de leitura vão pouco a pouco sendo disseminadas e popularizadas. Cada livro corresponde a uma série, conservando, contudo, a mesma autoria e adotando como critério a continuidade, a coerência e o aprofundamento entre as lições, os temas e os livros. (PANIZZOLO, 2011, p.2)

Como explica Razzini (2007): “A leitura havia se tornado uma prática escolar hegemônica nos quatro anos do curso primário, não só porque o ensino da língua materna detinha a maior carga horária do currículo, mas também porque se tornara a base do método simultâneo e do ensino de outras matérias.” (p. 3).

Com a criação do grupo escolar e a consolidação do método mútuo, também ganhou espaço no debate pedagógico sobretudo paulista a defesa em favor do método intuitivo para o

ensino da leitura. Embora em voga no país desde 1870, esse método ganhou força e espaço na medida em que era diretamente associado às bases do pensamento Positivista, referencial filosófico da República.

O método intuitivo tinha esse nome devido “[...] à acentuada importância que os seus defensores davam à intuição, à observação, enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana.” (FARIA FILHO, 2016, p. 143). Segundo Faria Filho (2016), “[...] os defensores do método intuitivo chamaram a atenção para a importância da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar.” (p. 143)

No caso paulista, durante a primeira gestão de Oscar Thompson⁵ na Diretoria Geral da Instrução Pública (1909-1910) foi marcada pela oficialização e obrigatoriedade do método analítico para o ensino da leitura. A adoção oficial de cartilhas e livros de leitura centrados no método analítico foi implementada na tentativa de uniformizar o ensino nas escolas primárias de São Paulo e uma investida na consolidação desse modelo como cientificamente verdadeiro (MORTATTI, 1999, p. 127).

Nesse sentido, esses livros, entendidos hoje como livros didáticos, tinham o importante papel de conduzir a ação dos professores no que concerne ao método considerado mais adequado, bem como de transmitir valores considerados apropriados para a formação pretendida pelo regime republicano.

Em relação ao primeiro aspecto, explica Panizzolo (2011):

Para os professores com pouca ou nenhuma formação específica, o livro didático, além de conter os conteúdos de ensino, representava um verdadeiro método de ensino. Além disso, caberia ao livro dar conta da formação do professor, que seria construída na prática, fortemente marcada pelo “aprender fazendo”, o que exigia uma produção didática que aliasse ao conhecimento científico e literário, vivência de sala de aula. (PANIZZOLO, 2011, p. 6)

Até o final do século XIX, a leitura escolar era concentrada na repetição dos textos memorizados e aprendidos oralmente. O livro didático, nessa época, era um instrumento de trabalho que servia como auxílio para o professor durante as aulas e era o único objeto cultural que a criança tinha acesso (RAZZINI, 2007).

⁵ Diplomado pela Escola Normal de São Paulo (turma de 1891). Exerceu vários cargos no magistério e na administração escolar, tendo como destaque a sua atuação como Diretor Geral da Instrução Pública (1909-1910 e 1917-1920). Incentivou e divulgou o método analítico para o ensino da leitura e da produção de cartilhas. Foi criador da Diretoria Geral da Instrução Pública e propulsor de iniciativas que inspiraram a Reforma realizada por Sampaio Dória em 1920.

Razzini afirma que “[...] os livros didáticos usados nas escolas públicas do Estado de São Paulo estavam sempre sujeitos à aprovação do governo, que era, aliás, o principal comprador” (RAZZINI, 2007, P. 53). Além disso, os livros apontavam a leitura recebendo mais importância do que as demais matérias escolares, por esse motivo, os livros de leitura destinados aos usos dos alunos representavam o mercado dos livros escolares. Um fato relatado pela autora é que, por conta da alta taxa de evasão das crianças nos últimos anos do ensino, os primeiros anos do curso primário possuíam um mercado de livros com produções mais restritas. A autora continua o texto dizendo que

[...] os livros didáticos para o ensino público primário que emergem desse controle estatal e dessa realidade de mercado são chamados livros de leitura, ou seja, as cartilhas de alfabetização e os livros de leitura (graduada ou não), complementados por outros produtos também dirigidos aos primeiros anos do curso primário, como as coleções impressas de cadernos de caligrafia, de cartografia, de linguagem e de desenho. Compreende-se, assim, o papel relevante que os livros de leitura passaram a representar para a expansão do mercado de livros didáticos. (RAZZINI, 2007, p. 53)

A partir da reforma republicana do ensino, principalmente a paulista, observa-se uma verdadeira “revolução” na educação, marcada pelos “progressos” nos métodos (MORTATTI, 2000). No âmbito dessas transformações, Mortatti (2000) destaca o papel do mercado editorial de livros didáticos e a gradativa profissionalização da profissão do “escritor didático”. Ou seja, sujeitos, muitos dos quais professores, que se especializaram em produzir materiais didáticos, sobretudo cartilhas e livros de leitura, para a escola primária.

2.2 A Leitura Suplementar na Escola Primária Paulista

A partir da reforma da instrução pública paulista, dentre as quais encontram-se as reformas no âmbito da escola primária com a criação dos grupos escolares, a questão do ensino da leitura ganha centralidade, já que para o funcionamento conforme da República se faziam necessários cidadãos alfabetizados, ou seja, versados na arte da leitura (e da escrita).

Assim, a primeira vez que se tem conhecimento da menção da prática de leitura suplementar na escola primária data de 1894, a partir de uma indicação feita para o curso preliminar, no Decreto n. 284 de 26 de julho de 1894. Esse decreto tornava a leitura obrigatória para a 2ª, 3ª e 4ª séries do ensino primário. Esse Decreto aprovou o regimento interno das escolas públicas e foi organizado pelo Conselho Superior. Nele, a Leitura

Suplementar aparece indicada três vezes: na segunda série do segundo ano; na primeira série do terceiro ano e na primeira série do quarto ano.

Em 1911, já no esteio da oficialização do método analítico para o ensino da leitura em todas as escolas primárias do estado de São Paulo, Miguel Carneiro, Pinto e Silva, Mariano de Oliveira e Theodoro de Moraes, todos inspetores escolares da Diretoria Geral da Instrução Pública, publicaram o texto “Como ensinar Leitura e Linguagem nos diversos annos do curso preliminar”, que tinha como principal objetivo auxiliar os professores no uso e aplicação do método analítico.

Nesse texto, a noção de leitura suplementar aparece como uma atividade auxiliar, logo, não estava vinculada à aprendizagem da língua materna, mas sim das outras matérias que compunham o currículo da escola primária. Desse modo, leitura suplementar tinha como objetivo principal ilustrar e desenvolver os alunos nas diferentes noções de ciências físicas e naturais, geografia, história e lições das coisas.

O capítulo IV desse texto é destinado apenas para a leitura suplementar, no qual se afirma o seguinte:

Convém determinar primeiramente o seguinte: a leitura suplementar tem como principal objectivo illustrar e desenvolver o alumno em diferentes noções sobre sciencias physicas e naturaes, geographia, historia, lições de coisas, etc...etc.

E' obvio, portanto, que se não trata aqui verdadeiramente do ensino de leitura ou de linguagem, si bem que esse ensino não deva ser descurado na occasião. Vejamos, pois, os passos a seguir na leitura suplementar:

1º - Cada alumno lerá um pequeno trecho da lição, o qual será escrupulosamente explicado pelo Professor, servindo-se este de preferencia do methodo socratico para suas explicações.

2º - Os trechos, sempre que se tornar necessario, serão illustrados na lousa mural, pelo Professor, ou explicados por meio de estampas, apparatus, instrumentos e objectos de que dispuzer a escola. 3º - Os alumnos devem reproduzir oralmente a lição.

4º - O professor deve dar algumas vezes, como trabalho escripto em casa, assumptos das lições explicadas. (Estes assumptos podem servir tambem para linguagem escripta em classe.)

5º - Tratando-se de lições em que a criança possa materialmente demonstrar a sua applicação, o Professor pôde convidal-a a fazer em casa os objectos ou os desenhos a que as ditas lições se referirem. (CARNEIRO, SILVA, OLIVEIRA E MORAES, 1911, p. 16)

Como podemos observar, o professor deveria preferencialmente utilizar o método socrático ao ministrar suas aulas. Cada aluno leria um pequeno trecho da lição, que seria explicada pelo professor, e se fosse necessário, ele ilustraria na lousa mural ou utilizaria outros materiais que a escola dispusesse.

Em 1918, contrapondo-se a essa perspectiva de leitura suplementar, Americo de Moura, em texto publicado no Anuario do Ensino, afirma que a leitura suplementar integrava

uma modalidade de leitura predominante dos últimos anos do ensino primário, período em que o aluno estava mais apto para o manejo cada vez mais autônomo dos livros. Ela aparece ligada ao ensino de língua materna, ao contrário de 1911; e os livros recomendados aparecem com valor mais estético e menos didático. Moura (1918) afirma que

Nos primeiros anos taes leituras não poderão decerto ser de scientifico, mas nos últimos, em casos especiaes, para revisão de materias aprendidas sem compendio, ou de assumptos lidos em classe não vejo inconveniente em estudarem os alunos desse modo uma ou outra questão. Será um passo decisivo para a sua emancipação intelectual. (MOURA, 1918, p. 182)

Tendo a leitura como desenvolvimento mental, Moura (1918) também considerava a importância da leitura suplementar na formação das crianças, afirmando que

[...] se os alunos em nossas classes preliminares não puderem ler por si mesmos vários livros num anno, poderão ler um ou outro, e sempre lhes será accessivel alguma historia, um capitulo ou um paragrapho, um poemeto ou uma quadra, com a obrigação de darem prova do que tiverem assimilado. Para isso opoderão servir alguns dos trechos compilados em selectas que integralmente não se adaptam ao curso. (MOURA, 1918, p. 182)

Nessa perspectiva, Rocha (2013) afirma que os livros indicados para Leitura Suplementar passam a ter como objetivo desenvolver a agilidade e a desenvoltura na leitura da criança. Para isso, frisavam a transmissão de valores para a infância, como modelos de conduta, e organizavam-se de maneira que os temas mais variados, as noções de ciência e de higiene, e os cuidados com o corpo fossem incorporados durante essa leitura, mesmo que moralizados. Assim, a leitura escolar era entendida com amplas finalidades, sendo uma delas a de moralizar e doutrinar politicamente as crianças das camadas populares. (ROCHA, 2013)

Também Razzini (2007), ao analisar brevemente a atividade de leitura suplementar nas escolas primárias paulistas afirma que os títulos das obras destinadas a essa prática eram indicados como uma forma de treino para os alunos que já sabiam ler:

[...] inicialmente feitas em sala de aula com obras didáticas [...] aos poucos, vão ganhando contornos mais amplos, admitindo obras de valor mais estético e menos didático, como os pequenos volumes da *Biblioteca Infantil*, organizada e adaptada por Arnaldo de Oliveira Barreto para a editora Melhoramentos, a partir de 1925, estreitando assim, os laços da literatura infantil com a escola. (RAZZINI, 2007, p. 51)

2.3 O processo de aprovação e recomendação de livros didáticos pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo

Razzini (2007) afirma que desde o início da República, a adoção dos livros didáticos nas escolas públicas primárias foi controlada pelo governo paulista. As alegações variavam entre a necessidade de uniformização do ensino, a legislação sobre programas e a sua conversão do Estado em principal comprador do produto. O Conselho Superior de Instrução Pública foi instalado em 5 de maio de 1893 e sua última sessão foi realizada em 17 de setembro de 1897. Logo,

[...] só poderiam ser adotados nas escolas públicas os livros didáticos aprovados previamente pelo Conselho Superior de Instrução Pública e, mais tarde, quando este foi extinto (1897), pela Diretoria Geral da Instrução Pública e, sucessivamente, pelas comissões designadas pelo estado. (RAZZINI, 2007, p. 2)

Com o fim do Conselho Superior de Instrução Pública em setembro de 1897, os livros didáticos começaram a ser analisados por comissões especialmente organizadas pelo governo. Essas “listas de livros aprovados e adotados nas escolas públicas do estado eram estampadas em revistas pedagógicas (*Revista de Ensino*, 1902, 1904) e, a partir de 1908, em publicações expedidas pela *Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado*.” (RAZZINI, 2007, p. 43)

Segundo Rocha, a responsabilidade das comissões instituídas pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo era:

[...] o exame das séries graduadas de leitura, dos livros de leitura fundamental e suplementar, além de compêndios e de manuais destinados aos professores, pautou-se em um questionário orientado, no caso dos livros destinados ao ensino da leitura, segundo a indagação: “o que é um bom livro de leitura?”. Indagação cuja resposta se traduziu em um conjunto de critérios que incluíam, entre outros, os objetivos a que visavam o livro, a propriedade dos assuntos que abordava, a linguagem adotada e a “didaticidade”. (ROCHA, 2013, p. 538)

Oliveira e Trevisan nos alertam para o fato de que “[...] os livros aprovados pela Comissão e adotados pela Diretoria Geral da Instrução Pública são de autoria de professores paulistas e fluminenses que estiveram, ora mais, ora menos, próximos do círculo de poder em São Paulo.” (2015, p. 123). Os autores também relatam que, de modo geral, as comissões “eram responsáveis por emitir pareceres sobre os livros didáticos publicados à época [...]” (2015, p. 105).

Sobre os livros aprovados por essas comissões, Mortatti afirma que “[...] uma vez aprovados, passavam a ser adotados – entendendo-se a „adoção“ como oficialização e

aquisição - pelo Estado, para uso nas escolas primárias paulistas, com a finalidade de uniformizar o ensino da leitura” (2000, p. 87). Nessa lógica, Razzini nos alerta que é importante perceber a diferença entre os livros que eram aprovados e os livros que eram adotados pelo governo. “Os primeiros estavam liberados para o uso nas escolas públicas, enquanto os últimos eram aqueles que seguramente seriam comprados e estocados pelo poder público para fornecimento às escolas.” (2007, p. 3).

Pelos dados que localizei, supõe-se que essa prática do governo paulista de divulgar livros aprovados e recomendados para uso em escolas primárias ultrapassou a primeira metade do século XX, já que as listas mais recentes que localizei datam da década de 1960.

CAPÍTULO 3

LIVROS RECOMENDADOS E APROVADOS PARA LEITURA SUPLEMENTAR NA ESCOLA PRIMÁRIA PAULISTA

A seguir, apresento aspectos das relações de livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. As tabelas dispõem da data da aprovação, do título do livro, autoria e do meio de publicação onde a lista foi divulgada. É interessante perceber que muitos títulos continuaram sendo aprovados ao longo dos anos e os meios de publicação dessas listas variam entre a *Revista de Ensino*, os *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* e o *Diário Oficial do Estado de São Paulo*.

3.1 - Livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados em 1902

Em 1902, Joaquim Luiz de Brito, um dos redatores da Revista de Ensino⁶, assinou o artigo denominado „A seriação dos livros de leitura“, no qual relacionou 31 livros recomendados para uso dos alunos do curso primário das escolas públicas do Estado de São Paulo (RAZZINI, 2007). Dentre esses livros, sete eram indicados para uso em práticas de leitura suplementar, conforme apresento no Quadro 1.

QUADRO 1 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 2 de junho de 1902

DATA	TÍTULO/AUTOR	SÉRIE RECOMENDADA	MEIO DE PUBLICAÇÃO
02 de junho de 1902	<i>Leituras praticas</i> - João Köpke	2º e 3º ano	Revista de Ensino, nº 2
02 de junho de 1902	<i>Leituras praticas</i> – Jost e Humbert	2º e 3º ano	Revista de Ensino, nº 2
02 de junho de 1902	<i>Leituras</i> – Clarisse Juranville (para meninas)	2º e 3º ano	Revista de Ensino, nº 2
02 de junho de 1902	<i>Leitura Manuscrita</i> – B. P. R.	4º e 5º ano	Revista de Ensino, nº 2
02 de junho de 1902	<i>Noções da Vida domestica</i> – Felix Ferreira (para meninas)	4º e 5º ano	Revista de Ensino, nº 2
02 de junho de 1902	<i>Lições de coisas</i> - Saffray	4º e 5º ano	Revista de Ensino, nº 2
02 de junho de 1902	<i>Ciências</i> - Garrigues	4º e 5º ano	Revista de Ensino, nº 2

Fonte: Revista de Ensino nº 2, página 180-183

⁶ Publicação da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, subsidiada pelo Governo do Estado.

Como se pode ver no Quadro 1, observa-se que os títulos apresentam variação temática, como questões de ciências e vida doméstica, sendo que alguns apresentam recomendação específica para o público feminino, como é o caso dos livros Félix Ferreira e Clarisse Juranville.

Destaca-se também a recomendação de livros vinculados às acepções metodológicas da época, como as lições de coisas, diretamente relacionada ao método intuitivo, e o livro de Köpke, por exemplo, que era defensor e propagandista do método analítico para o ensino da leitura.

3.2 – Livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados em 1904

Em 1904 a Diretoria Geral da Instrução Pública divulgou uma nova lista de livros recomendados para uso nas escolas primárias a partir do trabalho realizado pela comissão composta por três professores: João Lourenço Rodrigues, Joaquim Luiz de Brito e Antonio Rodrigues Alves Pereira. Segundo Razzini (2007), na organização dessa lista, os membros da comissão utilizaram o critério de ordenar os livros em ordem decrescente considerando-se o valor didático das obras. Assim, os professores deveriam levar em conta isso ao escolher um livro para ser adotado.

Dentre os livros aprovados e que constam na lista de 1904, 14 eram indicados para uso em práticas de leitura suplementar, conforme apresento no Quadro 2.

Quadro 2 – Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em junho de 1904

DATA	TÍTULO/AUTOR	SÉRIE RECOMENDADA	MEIO DE PUBLICAÇÃO
Junho de 1904	Novo Segundo Livro (Serie Instructiva) – Hilario Ribeiro de Andrade e Silva	Primeiro Anno 2 série	Revista de Ensino
Junho de 1904	Vida Infantil – Mario Bulcão	Primeiro Anno 2 série	Revista de Ensino
Junho de 1904	Leituras Praticas – Jost e Humbert, tradução editada por H. Garnier	Segundo Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Leitura Manuscripta –B.P.R.	Terceiro Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Leituras Praticas - João Kopke	Terceiro Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Novo Terceiro Livro	Terceiro Anno	Revista de Ensino

	(Na terra, no mar e no espaço) Hilário Ribeiro de Andrade e Silva		
Junho de 1904	Terceiro Livro de Leitura (Conhecimentos uteis) – Hilário Ribeiro de Andrade e Silva	Terceiro Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Curso graduado de leitura manuscripta – edic. Garnier	Quarto Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Novo Quarto Livro (Educação Moral e Cívica) - H. Ribeiro de Andrade e Silva	Quarto Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Lições de coisas – Saffray - tradução de B. A. Carneiro	Quarto Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Elementos de Sciencias Physicas e Naturaes – Martell - tradução editada por H. Garnier	Quinto Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Breves Noções sobre Sciencias–Garrigues - tradução editada por H. Garnier	Quinto Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Noções da vida pratica – Felix Ferreira	Quinto Anno	Revista de Ensino
Junho de 1904	Fabulas de La Fontaine - edição ilustrada da casa Garnier	Quinto Anno	Revista de Ensino

Fonte: Revista de Ensino, nas páginas 257 e 258

É interessante observar aqui que os livros de séries graduadas começam a aparecer nas indicações. Cinco dos 14 livros aprovados foram editados ou traduzidos por H. Garnier. Além disso, cinco livros foram escritos por Hilário Ribeiro de Andrade e Silva.

A temática dos livros escolhidos se mostra variada, já que abarcam fábulas, leituras, educação moral e cívica, ciências naturais e físicas e noções práticas da vida.

3.3 - Livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados em 1907-1908

Após a publicação das listas de 1902 e 1904, na edição de 1907-1908 *do Anuario de Ensino*, foi divulgada uma nova lista de livros aprovados pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. Essa lista decorreu de trabalho de avaliação feita pela comissão composta por Carlos Alberto Gomes Cardim, Theodoro Rodrigues de Moraes e Miguel Carneiro Júnior, todos professores formados pela Escola Normal de São Paulo.

Os pareceristas optaram por apresentar os livros de leitura, obras da mais importante disciplina do programa escolar, em ordem decrescente, de acordo com o seu valor didático. (RAZZINI, 2017). “Como os livros de leitura são os mais poderosos auxiliares para o ensino da língua materna, a comissão entendeu dever classificá-los na ordem de seu valor didático demonstrado pela prática e experiência em nossas escolas.” (SÃO PAULO, 1907-1908, p. 384).

Dentre os livros recomendados em 1907-1908, treze eram indicados para uso em práticas de leitura suplementar, conforme apresentado no Quadro 3.

QUADRO 3 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados entre 1907-1908

DATA	TÍTULO/AUTOR	SÉRIE RECOMENDADA	MEIO DE PUBLICAÇÃO
1907 - 1908	Novo segundo livro de leitura (série instructiva) - Hilário Ribeiro de Andrade e Silva	<i>Primeiro Anno</i>	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Vida infantil – Mario Bulcão	Primeiro Anno	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Leituras praticas – Jost e Humbert	Segundo Anno	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	A“ beira mar e á beira da estrada (lições de historia natural) - Edição da Escola Americana	Segundo Anno	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Vida Infantil (segundo livro) - Mario Bulcão	Segundo Anno	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Leitura manuscripta, B. P. R.	Terceiro Anno	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo

1907 - 1908	Vida infantil (terceiro livro) - Mario Bulcão	Terceiro Anno	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Novo terceiro livro de leitura (Na terra, no mar e no espaço) - Hilario Ribeiro de Andrade e Silva	<i>Terceiro Anno</i>	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Terceiro livro de leitura – Abilio Cesar Borges	<i>Terceiro Anno</i>	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Fabulas - João Kopke	<i>Terceiro Anno</i>	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Historia do Brasil pela biographia de seus heroes – Sylvio Romero	<i>Quarto Anno</i>	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Quarto livro de leitura – Abilio Cesar Borges	<i>Quarto Anno</i>	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
1907 - 1908	Novo quarto livro de leitura (Educação moral e civica) Hilario Ribeiro de Andrade e Silva	<i>Quarto Anno</i>	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, página 391.

A análise do quadro possibilita observar ainda a indicação de títulos que integravam séries gradadas de leitura. Essa escolha possivelmente se devia às temáticas desses livros, já que os livros de leitura normalmente eram compostos apenas por textos narrativos e não apresentavam lições propriamente ditas.

Observa-se que ainda que alguns autores da lista anterior tenham se mantido, aparecem novos nomes, como o de Abílio Cesar Borges, Sylvio Romero e um livro editado pela Escola Americana.

3.4 - Livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados em 1918

Em 1913, o inspetor João China, aplica critérios para classificar os livros de leitura em três categorias. A primeira diz respeito aos livros que abarcavam conteúdos morais e cívicos, ou seja, livros de leitura expressiva ou corrente. A segunda elencava os livros com conhecimentos gerais, isto é, livros de leitura suplementar. Já a terceira, era composta por

livros de diversos assuntos que tinham o intuito de mecanizar a leitura, mesmo que para isso utilizassem histórias cômicas, quer dizer respeito aos livros que visavam desenvolver a leitura fluente, incluindo noções de valores, e conhecimento. (ROCHA, 2013, p. 542)

No ano de 1918, a fim de reavaliar as listas de livros didáticos anteriormente divulgadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública, o então Diretor dessa diretoria nomeou nova comissão avaliadora, composta por Sampaio Doria, Américo de Moura e Plínio Barreto. Os trabalhos desses professores foram divulgados no *Anuario de Ensino*, de modo que, com a recomendação final dos livros aprovados, os professores deveriam escolher quais livros iriam adotar, considerando aquele que lhe fosse mais conveniente para trabalhar com as crianças, respeitando o preparo e a capacidade intelectual delas. Entretanto, esse esforço da comissão revisora se deparou com a “[...] escassez de recursos direcionados para prover as escolas públicas de material didático, sobretudo de livros que visavam uma modalidade complementar de leitura, para a qual o governo não parecia comprometido para a dotação.” (RAZZINI, 2007, p. 51).

Dentre os livros recomendados em 1918, trinta e dois eram indicados para uso em práticas de leitura suplementar, conforme apresento no Quadro 4.

QUADRO 4 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 12 de janeiro de 1918

DATA	TÍTULO/AUTOR	CATEGORIA	MEIO DE PUBLICAÇÃO
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Poesias Infantis – Olavo Bilac	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Leituras Preparatórias – Rita Macedo	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Leituras Preparatórias – F. Vianna e Miguel Carneiro	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Contos Infantis – Julia Lopes	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Fabulas – Justiniano da Rocha	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Paginas Infantis – Marianno de Oliveira	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo

Sábado, 12 de janeiro de 1918	Cousas Brasileiras – Puiggari-Barreto	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Paginas Infantis – P. de Almeida	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Contos Infantis – Julia Lopes	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Alma Infantil – Francisca Julia	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Historias de Nossa Terra – Julia Lopes	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Contos Patrios – Coelho Netto e Olavo Bilac	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Nossa Patria – Rocha Pombo	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Contos Moraes e Civicos – C. Goes	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Leituras Moraes – Arnaldo Barreto	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Bibliotheca Infantil – Arnaldo Barreto	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Minha Patria – Pinto e Silva	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Pequenos Trechos – Octaviano de Mello	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Leituras Praticas – João Kopke	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Leituras Manuscriptas – B. P. R.	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Moral Pratica Elementar – Emilia Costa	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Don't, Meu Livro – Theodoro de Moraes	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de	Livros de Leitura	Leitura Suplementar	Anuario do Ensino

janeiro de 1918	(1º, 2º, 3º) – Puiggari-Barreto	e Auxiliar	do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Segundo e Terceiro Livro – Galhardo	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Primeiro, Segundo e Terceiro Livro – Francisco Vianna	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Novas Leituras – Roca e M. Oliveira (1º, 2º, 3º)	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Coração das Crianças – Rita de Macedo	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Palestras sobre as Plantas – C. Brilho	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo
Sábado, 12 de janeiro de 1918	Leituras Intermediarias – Maria Rosa	Leitura Suplementar e Auxiliar	Anuario do Ensino do Estado de São Paulo

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, na página 149.

Conforme se pode observar pelos títulos das obras recomendadas, os gêneros textuais abordadas nos livros englobavam poesias, leituras preparatórias, contos, fábulas, leituras práticas, variando em temáticas, como, ciências naturais, noções morais e cívicas, história natural e assuntos relacionados à história do país.

Conforme dados apresentados pela Comissão em seus pareceres, a seleção desses livros levou em consideração a definição de um padrão científico para orientar a escolha dessas obras, a saber: a linguagem, a propriedade do assunto e a didaticidade ou método escolhido para a apresentação dos conteúdos.

A linguagem dos livros deveria ser clara e era fundamental zelar pela correção gramatical das palavras e das frases, prevenindo futuros erros característica da língua oral. No quesito da propriedade do assunto, era preciso levar em conta a infância moralizadora do livro, o interesse do assunto e a sua adequação à idade e à capacidade intelectual dos leitores, ou seja, assegurar a convivência moral e psíquica dos temas abordados nas obras. Finalmente, a didaticidade compreendia o método de exposição escolhido pelo autor e as condições higiênicas do impresso (forma e tamanho das letras, cor, qualidade do papel e distância entre as linhas). (SÃO PAULO, 1918).

Em relação ao ultimo aspecto, o do método, Oliveira e Trevisa (2015) fazem a seguinte observação:

Em relação aos 32 livros aprovados para leitura complementar chama a atenção a aprovação de dois livros de leitura de Thomáz Galhardo, conhecido como partidário do método sintético para o ensino da leitura. [...] cabe destacar que, embora integrassem uma série graduada de leitura composta por uma cartilha sintética, eles não apresentavam um método em si. De modo geral, [...] apenas apresentavam sequência de textos a serem lidos pelos alunos. (OLIVEIRA E TREVISAN, 2015, p. 121)

Também a partir de análise dos títulos aprovados por essa Comissão, Razzini (2007) afirma que os livros recomendados nesse ano aparecem pela primeira vez com valor mais estético e menos didático, como por exemplo, os volumes da Biblioteca Infantil.

3.5 - Livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados em 1960

Como informei, após a lista de 1918, foi publicada no *Anuario de Ensino* de 1937 outra relação de livros aprovados pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. Porém, nessa relação não há distinção para qual uso os livros eram recomendados. Por causa disso, não foi possível incluir dados dessa lista aqui.

Após essas informações de 1937, localizei novamente lista de livros aprovados e recomendados para uso nas escolas primárias paulistas apenas em 1960. Essa lista foi publicada no Diário Oficial de São Paulo, mas não apresenta a indicação das séries para as quais os livros eram recomendados. Apenas há uma lista completa.

No ano 1960 foram publicadas duas relações de livros didáticos aprovados. A primeira é datada em 12 de fevereiro e a segunda em 20 de fevereiro. Ambas possuem os mesmos sete livros recomendados para leitura complementar.

Dentre os livros recomendados em 1960, sete eram indicados para uso em práticas de leitura complementar, conforme apresento no Quadro 5.

QUADRO 5 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 12 de fevereiro de 1960

DATA	TÍTULO/AUTOR	CATEGORIA	MEIO DE PUBLICAÇÃO
Sexta feira, 12 de fevereiro de 1960	Poesias Escolares – Cajucy Accioly Wanderley	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Sexta feira, 12 de fevereiro de 1960	Sejamos Bons Brasileiros - João	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo

	Miguel do Amaral		
Sexta feira, 12 de fevereiro de 1960	Nossas Lendas - Nair Starling	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Sexta feira, 12 de fevereiro de 1960	20 Canções Infantis – Nazira Cesar de Melo	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Sexta feira, 12 de fevereiro de 1960	Poesias Infantis – Olavo Bilac	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Sexta feira, 12 de fevereiro de 1960	Educação Moral – Renato Kehl	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Sexta feira, 12 de fevereiro de 1960	Simplicidade – Versos para o Curso Primário - Walter Nieble de Freitas	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo

Fonte: Diário Oficial de São Paulo.

É interessante observar que os livros de Olavo Bilac, que figuraram listas do início do século XX ainda aparecem nessas listas de 1960.

Mesmo sendo uma lista relativamente pequena, as temáticas escolhidas ainda são variadas. Dentre elas, encontramos, lendas, canções e noções morais e cívicas. Não há repetição de autores, como aconteceu nas listas anteriores.

3.6 - Livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados em 1961

Dentre os livros recomendados em 1961, oito eram indicados para uso em práticas de leitura suplementar, conforme apresento no Quadro 6.

QUADRO 6 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 12 de fevereiro de 1961

DATA	TÍTULO/AUTOR	CATEGORIA	MEIO DE PUBLICAÇÃO
Domingo, 12 de fevereiro de 1961	Poesias Escolares – Cajucy Accioly Wanderley	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Domingo, 12 de fevereiro de 1961	Sejamos Bons Brasileiros - João Miguel do Amaral	<i>Livros para leitura suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Domingo, 12 de fevereiro de 1961	Nossas Lendas – Nair Starling	<i>Livros para leitura suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Domingo, 12 de fevereiro de 1961	20 Canções Infantis – Nazira Cesar de Melo	<i>Livros para leitura suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo

Domingo, 12 de fevereiro de 1961	Poesias Infantis – Olavo Bilac	<i>Livros para leitura suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Domingo, 12 de fevereiro de 1961	Educação Moral – Renato Kehl	<i>Livros para leitura suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Domingo, 12 de fevereiro de 1961	Dificuldades Ortográficas Elucidadas em Ordem Alfabética - Vicente Peixoto	<i>Livros para leitura suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Domingo, 12 de fevereiro de 1961	Simplicidade-Versos para O Curso Primário - Walter Nieble de Freitas	<i>Livros para leitura suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo

Fonte: Diário Oficial de São Paulo.

A lista de recomendações do ano de 1961 é composta por oito obras, sendo que sete delas foram recomendadas em 1960. A única obra diferente nessa lista é a *Dificuldades Ortográficas Elucidadas em Ordem Alfabética* do professor Vicente Peixoto.

3.7 - Livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados em 1963

No ano de 1963, também no Diário Oficial, foi publicada uma nova lista de livros aprovados para uso nas escolas primárias do Estado de São Paulo. Dentre os livros recomendados em 1963, dez eram indicados para uso em práticas de leitura suplementar, conforme apresento no Quadro 7.

QUADRO 7 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 13 de fevereiro de 1963

DATA	TÍTULO/AUTOR	CATEGORIA	MEIO DE PUBLICAÇÃO
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	Poesias Escolares - Cajucy Accioly Wanderley	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	Poesias Infantis – Francisco Bueno Pereira	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	Sejamos Bons Brasileiros – João Miguel Amaral	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	Nossas Lendas – Nair Starling	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo

Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	20 Canções Infantis – Nazira Cesar de Melo	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	Poesias Infantis – Olavo Bilac	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	Crestomatia-poesias- Olivio de Araujo	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	Educação Moral – Renato Kehl	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	O Livro do Zé Carlito-poesias infantis - Helly de Campos Melges	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quarta feira, 13 de fevereiro de 1963	Simplicidade-Versos para o curso primário - Walter Nieble de Freitas	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo

Fonte: Diário Oficial de São Paulo.

Nessa lista constam dez títulos recomendados para leitura suplementar, sendo que sete deles são os mesmos livros aprovados em 1960. As aprovações alteradas foram todas de livros relacionados a poesias: *Poesias Infantis*, de Francisco Bueno, *Crestomatia-poesias*, de Olivio de Araujo, e *O Livro do Zé Carlito-poesias infantis*, de Helly de Campos Melges.

3.8 - Livros recomendados para Leitura Suplementar aprovados em 1964

A última lista encontrada também foi publicada no Diário Oficial de São Paulo. Dentre os livros recomendados em 1964, doze eram indicados para uso em práticas de leitura suplementar, conforme apresento no Quadro 8.

QUADRO 8 - Relação dos Livros de Leitura Suplementar aprovados em 13 de fevereiro de 1964

DATA	TÍTULO/AUTOR	CATEGORIA	MEIO DE PUBLICAÇÃO
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Poesias Escolares – Cajucy Accioly Wanderley	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo

Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Poesias Infantis – Francisco Bueno Pereira	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Caminhos da Vida – Jayme Rodrigues Pereira	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Sejamos Bons Brasileiros - João Miguel Amaral	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Nossas Lendas – Nair Starling	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	20 Canções Infantis – Nazira Cesar de Melo	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Poesias Infantis – Olavo Bilac	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Crestomatia-poesias- Olivio de Araujo	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Educação Moral – Renato Kehl	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	O Livro de Zé Carlito – Halli de Campos Melge	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Simplicidade-versos para o curso primário - Walter Nieble de Freitas	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo
Quinta feira, 13 de fevereiro de 1964	Barquinhos de Papel-poesias infantis - Walter Nieble de Freitas	<i>Livros para Leitura Suplementar</i>	Diário Oficial – Estado de São Paulo

Fonte: Diário Oficial de São Paulo.

Em 1964 foram aprovados doze livros de leitura suplementar, sendo que seis deles abarcavam a literatura infantil na forma de poesias. Dois deles eram do mesmo autor, Walter Nieble de Freitas, que escreveu *Barquinhos de Papel-poesias infantis* e *Simplicidade-versos para o curso primário*. As demais temáticas eram relacionadas a lendas, canções e noções morais e cívicas. Olavo Bilac ainda se faz presente nesse ano, com o livro *Poesias Infantis*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no decorrer deste trabalho possibilitam compreender que inicialmente os livros de leitura suplementar aprovados estavam mais ligados ao desenvolvimento da agilidade da leitura, em consonância com a transmissão de valores e condutas. Nos livros mais recentes, a recomendação parece ter a função mais de complementação do ensino da leitura e uma forma de ampliação dela.

Conforme Rocha (2013) apresenta, o inspetor João China afirmava que a leitura suplementar era uma modalidade de leitura voltada para o desenvolvimento da fluência leitora e inculca nas crianças as noções, os conhecimentos e os valores. Também conforme apresenta Rocha (2013), o educador Americo de Moura, por sua vez recomendava que os professores estimulassem à leitura em sala de aula, para minimizar os problemas do ensino da leitura, e que exigissem provas para verificar o que as crianças assimilavam da leitura. Para Américo de Moura, esse era o papel da leitura suplementar, ou seja, constituía uma modalidade de aperfeiçoamento da leitura dos últimos anos do ensino primário.

É interessante notar que alguns livros são aprovados mais de uma vez ao longo dos anos e que alguns escritores se mantêm nas listas de aprovados no decorrer dos anos. Não podemos perder de vista a questão do mercado editorial e do valor monetário que as editoras esperavam com a compra desses livros pelo governo paulista. Não podemos também esquecer que as últimas décadas do século XIX sofreram a intensificação e a consolidação do processo de ensino da leitura nas escolas primárias. Os livros de leitura, segundo determinação oficial, eram os únicos que se adequavam para o uso dos alunos. Sendo assim, conforme explica Razzini (2007) eles assumiram na formação do cidadão republicano a tarefa de forjar uma educação que fosse moderna e civilizada, pautada em conteúdos morais, cívicos, científicos, higiênicos, históricos, geográficos e de cotidiano infantil.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, encontrei dificuldades para consultar acervos que disponibilizassem as listas dos livros didáticos aprovados e textos que revelassem a função da leitura suplementar nas escolas paulistas. Apesar de ter consultado acervos, produções textuais e base de dados disponíveis na Internet, em nem todos foi possível localizar referências de leitura suplementar.

Devido aos prazos de elaboração desta monografia, não pude realizar pesquisa mais aprofundada para responder com mais argumentos quais eram as funções do livro de leitura suplementar nas salas de aula das escolas primárias do Estado de São Paulo, porém, entendo que o trabalho abre um leque e possibilidades investigativas, que podem contribuir para a História da Alfabetização e para a História da Educação.

Nesse sentido, a elaboração do instrumento de pesquisa cuja análise resultou neste TCC teve o objetivo de contribuir para a compreensão de aspectos importantes relacionados com a aprovação dos livros de leitura complementar para a escola primária paulista. A partir do instrumento de pesquisa pude confirmar a importância e relevância dos instrumentos de pesquisa para o desenvolvimento de pesquisas de abordagem história e a relevância e pertinência do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, A. A. G; GALVÃO, A. M. de O.; KLINKE, K. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). In: Revista Brasileira de Educação, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A Queiroz, 1991.

_____. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, 1979, *Anais*.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Reformas da Instrução Pública.” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5. edição.; 2. reimpressão - Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CARNEIRO, *Como ensinar leitura e linguagem nos diversos anos do curso preliminar*. Miguel Carneiro, J. Pinto e Silva, Mariano de Oliveira e Teodoro de Moraes. São Paulo: Siqueira, Nagel & Comp., 1911, p. 16.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes, revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DECRETO N. 248 DE 26 DE JULHO DE 1894. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html>

DEMARTINI, Z. B., TENCA, S. C., TENCA, A. Os alunos e o ensino na República Velha através das memórias de velhos professores. *Cadernos de Pesquisa*. N. 52, p. 61-71, fev. 1985.

Diario Oficial do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typographia do Diario Official, 12/02/1960.

Diario Oficial do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typographia do Diario Official, 20/02/1960.

Diario Oficial do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typograpgha do Diario Official, 12/02/1961.

Diario Oficial do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typographia do Diario Official, 13/02/1963.

Diario Oficial do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typographia do Diario Official, 13/02/1964.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Instrução elementar no século XIX.” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5. edição.; 2. reimpressão - Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Método Analítico, Cartilhas e Escritores Didáticos: Ensino da Leitura em São Paulo (1890-1920)*. História da Educação. Pelotas, v.5, p: 123-140, abr. 1999.

_____. *Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. História da educação*. Pelotas, v.6, p. 69-77, out. 1999.

_____. *Os sentidos da alfabetização (São Paulo – 1876-1994)*. São Paulo: Unesp/MEC, 2000.

_____. *Leitura crítica da literatura infantil: Itinerários*, Araraquara, n. 17/18, p. 179-188, 2001

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, C. R. G. A de; SOUZA, R. F. de. As faces do livro de leitura. In: *Cadernos Cedec*, ano XX, n} 52, novembro/2000.

O

OLIVEIRA, F.R.; TREVISAN, T.A. *Medidas de controle da circulação do livro didático para o ensino de leitura e escrita em São Paulo: atuação da comissão revisora de 1918*. História da Educação, v. 19, p. 103-125, 2015.

PANIZZOLO, Claudia. *Civilizar, educar e instruir: a infância impressa nos livros de leitura*. In: *Anais do século XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

PROST, Antonie. *Doze lições sobre a história*. Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira - 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. *Produção de livros didáticos e expansão escolar em São Paulo (1889-1930). Língua escrita*. Belo Horizonte, v. 1, 2007.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. *Produção de livros didáticos e expansão da escola elementar em São Paulo: a Tipografia Siqueira e a Editora Melhoramentos*. São Paulo, julho 2007.

Revista de ensino. São Paulo: Typograohia do Diario Oficial, outubro, 1902.

Revista de ensino. São Paulo: Typograohia do Diario Oficial, junho, 1904.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *"Não devemos adotar indiferentemente qualquer livro de leitura: um estudo sobre os processos de seleção de livros para a escola primária paulista"*. *Cadernos de História da Educação* - v. 12, n.2 - jul/dez. 2013.

SÃO PAULO, *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira, 1907-1908.

SÃO PAULO, *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: s/e, 1918.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. Cap. 1-Os pilares da República. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

VIEIRA, M. do P. de A.; PEIXOTO, M. do R. da C.; KHOURY, Y. M. A. A pesquisa em história, p. 30-69, 2002.

APÊNDICE
LIVROS DE LEITURA SUPLEMENTAR NA HISTÓRIA DA ALFABELITAÇÃO
PAULISTA: UM INSTRUMENTO DE PESQUISA

MAYARA RIBEIRO FERREIRA

**LIVROS DE LEITURA SUPLEMENTAR NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO
PAULISTA:
UM INSTRUMENTO DE PESQUISA**

**Universidade Federal de São Paulo
Campus Guarulhos
2019
SUMÁRIO**

Apresentação	59
Referências	60
1. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1902.....	61
2. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1904.....	61
3. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1907-1908	62
4. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1918.....	62
5. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1960 (1).....	63
6. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1961.....	64
7. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1963.....	64
8. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1964.....	64
Instituições, acervos e sites consultados.....	67

Apresentação

Este instrumento de pesquisa resulta de atividades desenvolvidas para o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Pedagogia, entre os anos de 2018 e 2019. Essa pesquisa está vinculada ao NIPELL – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Ensino de Língua e Literatura, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira.

Com os objetivos de contribuir para a produção de uma história do ensino de língua e literatura no Brasil e subsidiar desenvolvimento de pesquisas correlatas, apresento, neste instrumento de pesquisa, relação de referências de livros indicados para a leitura complementar aprovados e/ou recomendados pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Esses livros eram destinados para desenvolver a agilidade e a desenvoltura na leitura das crianças do ensino público primário paulista. A primeira lista de livros aprovados é datada no ano de 1902, e a última no ano de 1964; entretanto, existem lacunas não preenchidas durante os anos.

A pesquisa de que resultou este instrumento de pesquisa foi elaborada por intermédio da abordagem histórica em educação, que é, segundo Mortatti:

[...] um tipo de pesquisa científica, cuja especificidade consiste, do ponto de vista teórico-metodológico, na abordagem histórica – no tempo – do fenômeno educativo em suas diferentes facetas. Para tanto, demanda a recuperação, reunião, seleção e análise de fontes documentais, como mediadoras na produção do objeto de investigação. (MORTATTI, 1999, p. 73)

Para o desenvolvimento de pesquisa histórica, são fundamentais os procedimentos de recuperação, reunião, seleção e ordenação das fontes documentais de que resulta a elaboração de instrumentos de pesquisa. (MORTATTI, 1999) De acordo com Bellotto (1979), “Os instrumentos de pesquisa constituem-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História.”. (p. 133). A autora afirma que

[...] os instrumentos de pesquisa são vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa para o como e o onde. Diante de um sem-número de fontes utilizáveis, a primeira providência, pela própria essência do método histórico, é a localização dos testemunhos. (BELLOTTO, 1991, p. 104)

Com base nessa opção teórica-metodológica, utilizei os procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de referências de livros indicados para leitura complementar aprovados e/ou recomendados pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, consultei o Centro de Memória da Educação do Estado de São Paulo, que abriga o Acervo Histórico do Instituto de Educação “Caetano de Campos”; os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, de forma digitalizada pelo site do Arquivo do Estado de São Paulo.

Em relação à ordenação das referências, optei por incluir no instrumento de pesquisa as referências de cada título dos livros aprovados ao longo dos anos, na ordem em que aparecem nas Revistas de Ensino, Anuários do Estado de São Paulo e no Diário Oficial de São Paulo.

Como resultado das atividades descritas nos tópicos anteriores, elaborei o instrumento de pesquisa no qual se encontram reunidas 109 aprovações de livros indicados para leitura suplementar. Entretanto, esses livros se repetem ao longo das listas de aprovações, o que sugere a sua manutenção de aprovação e recomendação. Cada seção representa uma lista de aprovação por ano. As referências contidas em cada seção estão numeradas sequencialmente e ordenadas de acordo com a estruturação original que encontrei.

Apesar de ter consultado diversos acervos, textos e base de dados disponíveis na Internet, em nem todos foi possível localizar referências de livros de leitura suplementar aprovados e/ou recomendados. E, devido ao prazo para entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), não foi possível realizar uma pesquisa mais aprofundada para preencher essas lacunas sem listas de aprovações.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A Queiroz, 1991.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. História da educação. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

1. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1902

- 1.1 - Leituras práticas - João Kopke;
- 1.2 - Leituras práticas - Jost e Humbert;
- 1.3 - Leituras – Clarisse Juranville (para meninas);
- 1.4 - Leitura Manuscrita – B. P. R.;
- 1.5 - Noções da Vida domestica – Feliz Ferreira (para meninas);
- 1.6 - Lições das coisas – Saffray;
- 1.7 - Ciências - Garrigues.

2. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1904

- 2.1 - Novo Segundo Livro (Serie Instructiva) - Hilario Ribeiro
- 2.2 - Vida Infantil – Mario Bulcão;
- 2.3 - Leituras Praticas – Jost e Humbert, tradução editada por H. Garnier;
- 2.4 - Leitura Manuscripta – B. P. R.;
- 2.5 - Leituras Praticas - João Kopke;
- 2.6 - Novo Terceiro Livro (Na terra, no mar e no espaço) H. Ribeiro;
- 2.7 - Curso graduado de leitura manuscripta – edic. Garnier;
- 2.8 - Terceiro Livro de Leitura (Conhecimentos úteis) - H. Ribeiro;
- 2.9 - Novo Quarto Livro (Educação Moral e Cívica) - H. Ribeiro;
- 2.10 - Lições de coisas – Saffray - tradução de B. A. Carneiro;
- 2.11 - Elementos de Sciencias Physicas e Naturaes – Martell - tradução editada por H. Garnier;
- 2.12 - Breves Noções sobre Sciencias–Garrigues - tradução editada por H. Garnier;
- 2.13 - Noções da vida pratica – Felix Ferreira;
- 2.14 - Fabulas de La Fontaine - edição ilustrada da casa Garnier

3. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1907-1908

- 3.1 - Novo segundo livro de leitura (série instructiva) - Hilário Ribeiro;
- 3.2 - Vida infantil – Mario Bulcão;
- 3.3 - Leituras praticas – Jost e Humbert;
- 3.4 - A“ beira mar e á beira da estrada (lições de historia natural) - Edição da Escola Americana;

- 3.5 - Vida Infantil (segundo livro) - Mario Bulcão;
- 3.6 - Leitura manuscrita, B. P. R.;
- 3.7 - Vida infantil (terceiro livro) - Mario Bulcão;
- 3.8 - Novo terceiro livro de leitura (Na terra, no mar e no espaço) - Hilario Ribeiro;
- 3.9 - Terceiro livro de leitura – Abilio Cesar Borges;
- 3.10 - Fabulas - João Kopke;
- 3.11 - Historia do Brasil pela biographia de seus heroes – Sylvio Romero;
- 3.12 - Quarto livro de leitura – Abilio Cesar Borges;
- 3.13 - Novo quarto livro de leitura (Educação moral e civica) Hilario Ribeiro

4. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1918

- 4.1 - Poesias Infantis – Olavo Bilac;
- 4.2 - Leituras Preparatórias – Rita Macedo;
- 4.3 - Leituras Preparatórias – F. Vianna e Miguel Carneiro;
- 4.4 - Contos Infantis – Julia Lopes;
- 4.5 - Fabulas – Justiniano da Rocha;
- 4.6 - Paginas Infantis – Marianno de Oliveira;
- 4.7 - Cousas Brasileiras – Puiggari-Barreto;
- 4.8 - Paginas Infantis – P. de Almeida;
- 4.9 - Contos Infantis – Julia Lopes;
- 4.10 - Alma Infantil – Francisca Julia;
- 4.11 - Historias de Nossa Terra – Julia Lopes;
- 4.12 - Contos Praticos – Coelho Netto e Olavo Bilac;
- 4.13 - Nossa Patria – Rocha Pombo;
- 4.14 - Contos Moraes e Civicos – C. Goes;
- 4.15 - Leituras Moraes – Arnaldo Barreto;
- 4.16 - Bibliotheca Infantil – Arnaldo Barreto;
- 4.17 - Minha Patria – Pinto e Silva;
- 4.18 - Pequenos Trechos – Octaviano de Mello;
- 4.19 - Leituras Praticas – João Kopke;
- 4.20 - Leituras Manuscriptas – B. P. R.;
- 4.21 - Moral Pratica Elementar – Emilia Costa;
- 4.22 - Don't, Meu Livro – Theodoro de Moraes;

- 4.23 - Livros de Leitura (1º, 2º, 3º) – Puiggari-Barreto;
- 4.24 -Primeiro, Segundo e Terceiro Livro – Francisco Vianna;
- 4.25 - Novas Leituras – Roca e M. Oliveira (1º);
- 4.26 - Coração das Crianças – Rita de Macedo;
- 4.27 - Palestras sobre as Plantas – C. Brilho;
- 4.28 - Leituras Intermediarias – Maria Rosa.

5. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1960

- 5.1 - Poesias Escolares – Cajucy Accioly Wanderley;
- 5.2 - Sejamos Bons Brasileiros - João Miguel do Amaral;
- 5.3 - Nossas Lendas - Nair Starling;
- 5.4 - 20 Canções Infantis – Nazira Cesar de Melo;
- 5.5 - Poesias Infantis – Olavo Bilac;
- 5.6 - Educação Moral – Renato Kehl;
- 5.7 - Simplicidade –Versos para o Curso Primário - Walter Nieble de Freitas.

6. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1961

- 6.1 - Poesias Escolares – Cajucy Accioly Wanderley;
- 6.2 - Sejamos Bons Brasileiros - João Miguel do Amaral;
- 6.3 - Nossas Lendas – Nair Starling;
- 6.4 - 20 Canções Infantis – Nazira Cesar de Melo;
- 6.5 - Poesias Infantis – Olavo Bilac;
- 6.6 - Educação Moral – Renato Kehl;
- 6.7 - Dificuldades Ortográficas Elucidadas em Ordem Alfabética - Vicente Peixoto;
- 6.8 - Simplicidade-Versos para O Curso Primário - Walter Nieble de Freitas.

7. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1963

- 7.1 - Poesias Escolares - Cajucy Accioly Wanderley;
- 7.2 - Poesias Infantis – Francisco Bueno Pereira;
- 7.3 - Sejamos Bons Brasileiros – João Miguel Amaral;
- 7.4 - Nossas Lendas – Nair Starling;
- 7.5 - 20 Canções Infantis – Nazira Cesar de Melo;
- 7.6 - Poesias Infantis – Olavo Bilac;

- 7.7 - Crestomatia-poesias- Olívio de Araujo;
- 7.8 - Educação Moral – Renato Kehl;
- 7.9 - O Livro do Zé Carlito-poesias infantis - Helly de Campos Melges;
- 7.10 - Simplicidade-Versos para o curso primário - Walter Nieble de Freitas.

8. Livros de Leitura Suplementar aprovados em 1964

- 8.1 - Poesias Escolares – Cajucy Accioly Wanderley;
- 8.2 - Poesias Infantis – Francisco Bueno Pereira;
- 8.3 - Caminhos da Vida – Jayme Rodrigues Pereira;
- 8.4 - Sejamos Bons Brasileiros - João Miguel Amaral;
- 8.5 - Nossas Lendas – Nair Starling;
- 8.6 - 20 Canções Infantis – Nazira Cesar de Melo;
- 8.7 - Poesias Infantis – Olavo Bilac;
- 8.8 - Crestomatia-poesias- Olívio de Araujo;
- 8.9 - Educação Moral – Renato Kehl;
- 8.10 - O Livro de Zé Carlito – Halli de Campos Melge;
- 8.11 - Simplicidade-versos para o curso primário - Walter Nieble de Freitas;
- 8.12 - Barquinhos de Papel-poesias infantis - Walter Nieble de Freitas.

Instituições, acervos e sites consultados

- Centro de Memória da Educação do Estado de São Paulo - Acervo Histórico do Instituto de Educação “Caetano de Campos”;
- Anuários do Ensino do Estado de São Paulo - site do Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em:
- http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino